

## EDUCAÇÃO, E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL NO SECULO XXI PARA A DIFUSÃO DO CONHECIMENTO.

**Adilton Dias de Santana<sup>1</sup>**

**Jéssica Alves de Amorim Silva<sup>2</sup>**

### RESUMO

Este artigo apresenta algumas leituras e análises das teorias sociais que versam sobre educação, e o desenvolvimento local sustentável para fomentar um debate apresentando os aspectos da modernidade, globalização, município que educa, educação popular e desenvolvimento local sustentável. Para tanto, desenvolve-se uma reflexão teórica baseada em revisão de literatura e pesquisa online, afim de refletir sobre a educação popular e o desenvolvimento sustentável Como procedimento metodológico inicialmente realizou-se um levantamento bibliográfico na base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) utilizando as palavras chaves abaixo descritas. O que proporcionou recuperar textos com referência no território brasileiro. Refletindo sobre a necessidade de mudanças urgentes e fundamentais para a construção de um novo modelo de desenvolvimento e para essa construção é necessário a sistematização e utilização de novas metodologias participativas desde a escola para impactar e gerar novos comportamentos sociais em que os códigos e signos sejam o cuidado com o outro, com a vida e com o nosso planeta.

**Palavras Chaves:** Educação, Desenvolvimento Sustentável, Educação Popular.

### INTRODUÇÃO

Pensar num modelo de educação que promova o desenvolvimento sustentável seja local ou global é pensar no tipo de sociedade que temos, seus ranços e avanços relacionando aos impactos ambientais atuais para analisar, investigar e compreender o esgotamento de um modelo sócio econômico global que aprofunda as desigualdades, explora todos os recursos naturais do planeta e extermina as culturas locais através de um discurso

---

<sup>1</sup> Professor, Gestor escolar, Mestre em educação pela UNEB/GESTEC (2018) Doutorando da UFBA/DMMDC (2021).

<sup>2</sup> Professora, Gestora da APAE Santo Amaro-Ba no recôncavo baiano especialista em Gestão, Coordenação e Orientação Educacional (2012). Mestranda GESTEC (UNEB).

ideológico, pedagógico, econômico, tecnológico e social que vem sendo veiculado pelos meios de comunicação social ao longo da história no Brasil e no mundo.

Assim, surge no início deste século o que podemos chamar de construção social do subdesenvolvimento e o discurso do desenvolvimento, segundo os autores, VEIGA, (2005) e SACHS (2008) com o início da descolonização e do período pós-guerra emergiu uma categoria de países denominada Terceiro Mundo e com eles um discurso ideológico de subdesenvolvimento para justificar políticas intervencionistas pelos dominadores para a exploração das riquezas e a subjugação do seu povo.

Com uma ideologia imperialista e dominadora se criou uma cultura e um sentimento de inferioridade e que só poderia ser superados com as intervenções e orientações de instituições criadas para este fim em que o discurso do desenvolvimento se manifesta como um conjunto de práticas que obedecem a certas regras definidas de acordo com um corpo de conhecimentos tecnológicos depositados em mãos de tecnocratas expertos como também de governos que se expressariam em uma linguagem da economia e da racionalidade tecnocientífica.

A construção social do subdesenvolvimento segundo os autores parte da cultura que tem uma definição relacional, sendo uma inscrição de processos comunicativos que existem historicamente entre sujeitos e relações de poder. Portanto, partindo da concepção de cultura, Foucault (1987) define como um corpo de disciplinas que possuem a força efetiva do conhecimento sistematicamente ligada ao poder. A ocidentalização do mundo, de um mundo global está hoje em dia consumada e esta concepção só foi possível mediante a extensão de um domínio público e em especial através da difusão de um modelo cultural dominado por categorias ocidentais hegemônicas.

O discurso do desenvolvimento tornou-se um termo que tem ganhado uma ampla notoriedade social não só a nível de divulgação, mais também como domínio da política e das ciências sociais em geral, especialmente a partir da década de 1950. Assim, o capítulo IX da Carta das Nações Unidas estabelece o compromisso entre os membros da organização de impulsionar o desenvolvimento econômico e social de todos os povos e nações ano (1951).

Com a emergência de um desenvolvimento global temos como consequência imediata o surgimento de uma categoria política e social denominada de terceiro mundo e a aparição

e um discurso político cuja premissa básica insiste na necessidade de conduzir as nações consideradas atrasadas à modernidade, por outro lado com o passar dos anos este discurso do progresso da humanidade se converteu em um pesadelo com uma proliferação de planos e projetos que geraram mais subdesenvolvimento, dependência, dívidas e pobreza.

O discurso criado para dominar foi tão eficiente, que a Organização das Nações Unidas (ONU) criou uma categoria de países subdesenvolvidos, e em desenvolvimento, cujos critérios seriam a industrialização, a modernização e a utilização de tecnologias ditadas pelo consenso de um grupo de experts em dominação.

A criação e produção de uma cultura global apresentam os signos da nova era que na verdade não tem nada de novo, a lógica é aumentar ao máximo o consumismo e a fluidez das coisas dos bens e serviços para gerar mais consumo, portanto, para o ser humano se sentir feliz tem que se adequar as normas vigentes e participar do consumo sem escalas, estar atualizado e conectado o tempo todo.

Entender o desenvolvimento como uma construção histórica também nos obriga ao mesmo tempo entender seus processos e mecanismos de institucionalização, segundo Escobar (1995, p. 46): “A invenção do desenvolvimento necessariamente implicou a criação de um campo institucional onde os discursos são produzidos, registrados, estabilizados, modificados e postos em circulação”.

Concluimos que há um grande desafio para as organizações educativas desde a educação básica a universidade para a implementação de práticas pedagógicas que busque produzir novos sentidos de existência e de relacionamento com o planeta, enfim é necessário segundo MORIN (2001) ensinar a condição humana, planetária e culturalmente sustentável.

## **METODOLOGA**

O presente artigo foi desenvolvido inicialmente a partir de uma revisão bibliográfica, de natureza qualitativa, mais especificamente na base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), selecionando-se apenas textos, de modo a propiciar amparo teórico para compreender o contexto nacional sobre a educação e o desenvolvimento local sustentável para construir uma narrativa que busque apresentar uma construção teórica.

Os textos foram recuperados na base de dados SciELO, a partir da aplicação das seguintes palavras-chave: “educação” + “desenvolvimento local sustentável no Brasil”. Os textos recuperados e selecionados foram distribuídos em uma planilha elaborada para a construção do texto. Na sequência foi feita a leitura e fichamento dos textos recuperados e selecionados, de maneira a propiciar a análise dos conceitos selecionados para buscar responder as inquietações sobre a temática trabalhada.

## **2 GLOBALIZAÇÃO, A INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.**

A globalização, a informação e a mobilidade são três das mais importantes características do nosso tempo e o mundo encontra-se interligado do ponto de vista econômico, político, técnico e cultural, isto é, a revolução tecnológica propiciou o aceleração da integração de mercados regionais ao mesmo tempo em que provocou impactos na comunicação e na produção cultural, desta forma, a mudança ou a mobilidade tem sido uma constante em nosso tempo, muda-se o tempo todo de produtos, de processos de produção, de culturas, de pessoas, e até da forma de se relacionar com o outro.

Embora o termo “globalização” necessite de maior rigor podemos utilizar para designar o momento histórico de ruptura entre o mundo tradicional de realidades fixas e isoladas e o mundo novo de permanente movimento e intercomunicação. (GOERGEM, p. 21, 2010).

Para aprofundar o tema, temos em Dominique Wolton (2004) mencionando três rupturas essenciais da modernidade: primeiro, o estreitamento de laços entre cultura e comunicação; segundo, a coabitação de duas aspirações contraditórias; os valores e interesses e por último a emergência da identidade cultural, coletiva, como nova questão política, assim, compreender essas dimensões é condição necessária para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, a revolução tecnológica na contemporaneidade ampliou o sentido de comunicação global, encurtando distâncias e promovendo integrações de informações, sentidos e crenças produzindo crises de identidades locais, que pode ser superado com o diálogo crítico, ou seja emerge a necessidade de novas teorizações comunicativas.

Goergem (2010) reflete sobre a revolução tecnológica e dos meios de comunicação, afirmando que as rápidas difusões dos meios de comunicação rompem as antigas fronteiras de espaço e tempo abrindo e aproximando distintas culturas, tradições e valores fechados. E que um dos problemas apresentados são as tensões inerentes ao binômio eu/ele ou nós/eles, assim a tarefa central das democracias sejam transformar os antagonismos em agonismos conforme Mouffe.

Enquanto o antagonismo constitui uma relação nós/eles na qual as duas partes são inimigas que não compartilham nenhuma base comum, o agonismo estabelece uma relação nós/eles na qual as partes em conflito, reconhecem, não obstante a legitimidade dos oponentes.

MOUFFE (2007, p. 27).

O diálogo se revela como a possibilidade, e talvez a única, de viver numa sociedade plural e contraditória como a nossa e que o diálogo crítico deve ser um processo argumentativo no qual se expõem pontos de vistas que podem ser excludentes com relação a alguns princípios mínimos e universais, mais condizentes com a condição humana e o desafio de aceder à revolução mundial das tecnologias sem abrir mão das próprias culturas e identidades.

Em Habermas (1999, p.17) e sua “teoria da ação comunicativa” de 1981 e as inferências desta teoria para a educação, fundamentamos sua teoria afirmando que os argumentos são os instrumentos mediante os quais podemos obter reconhecimento intersubjetivo para pretensão de validade que o proponente sugere como hipótese. Assim, Habermas defende o conceito de uma racionalidade comunicativa como concepção descentrada de mundo e possibilidade de orientação baseada nos resultados de entendimentos discursivos suscetíveis de crítica.

A teoria da ação comunicativa de Habermas evidencia a necessidade do desenvolvimento de uma competência argumentativa para a construção da autonomia e das relações humanas e que a educação tem o papel central na reformulação de conceitos e rupturas de comportamentos para além das aparências e centrar fogo na formação de um ser capaz de pensar, comunicar, agir local sem descartar o global, seja culturalmente, economicamente e socialmente.

O conceito de ação comunicativa pressupõe a linguagem como um meio no qual tem lugar um tipo de processos de entendimento em cujo transcurso os participantes, ao relacionar-se com o mundo, se apresentam uns frente aos outros com pretensões de validade que podem ser reconhecidos ou postas em questão

(HABERMAS, 1999, p. 143)

O que podemos concluir dessas brevíssimas reflexões é que sob ambos os aspectos a educação se liga necessariamente e constitutivamente na interação com o outro através do diálogo, da argumentação no tempo e no espaço, próprios, respeitando as diferenças.

As contribuições da teoria dos autores citados, para a educação e o desenvolvimento sustentável está fundamentada no texto pela crítica da modernidade, da globalização e da rigidez das teorias e concepções hegemônicas de cultura, indivíduo, diferenças e desenvolvimento e propõe o diálogo crítico como meio para a construção da emancipação e autonomia global e individual.

Do ponto de vista da educação, a teoria do agir comunicativo estimula, de um lado, o despertar crítico de uma letargia que afeta a área e, de outro, o redesenho de um novo modelo de práxis pedagógica fundado em procedimentos participativos e democráticos.

(GOERGEM, 2010, p. 40)

É necessário se revisar os modelos educacionais para além de conteúdo, atitudes e comportamentos com exemplos claros e efetivos de aprendizagens significativas que abranja não só a cultura, mais os valores locais e globais com práticas efetivas em que o aluno seja visto, colocados como sujeito da aprendizagem seja para argumentar, para ser, viver e fazer sua própria história em busca de sua autonomia e emancipação.

### 3. EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

A educação para o desenvolvimento local deve formar pessoas para uma participação ativa e que sejam capazes de transformar o seu entorno social de sua comunidade, assim para que se construa uma cidadania ativa é necessário ter uma cidadania informada e esta formação segundo o autor Dowbor (2006) deve começar cedo na educação das séries iniciais, portanto a educação para o desenvolvimento local deve essencialmente dar conhecimentos para que o sujeito possa transformar-se e transformar o seu meio social

É preciso criar a visão de que podemos ser donos da nossa própria transformação social, política e econômica, gerando dinâmicas ativas e construtivas, assim, para que possamos construir essa visão é necessário ter uma educação que informe, estude e pesquise os potenciais da comunidade, desde a origem e a história do nomes das ruas, do surgimento do bairro, da comunidade, da cidade com os seus potenciais para que seja construída a visão de totalidade e da possibilidade de intervenção para a transformação ou o aproveitamento sustentável dos recursos naturais.

Ladislau Dowbor (2006) retrata o paradoxo da globalização e das iniciativas locais, quanto mais o mundo se globaliza, surgem experiências de desenvolvimento locais, pois a qualidade de vida na comunidade, nas cidades é um problema local que deve ser pensado de forma global mais a ação deve ser local com os atores envolvidos com as problemáticas locais. Enfim, grande parte do que constitui o que hoje chamamos de qualidade de vida não depende muito – ainda que possa sofrer os seus impactos – da globalização, depende da iniciativa local.

A ideia da educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculada a esta compreensão, e a necessidade de se formar pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas. (DOWBOR, 2006, p. 05)

Promover o desenvolvimento local não significa voltar às costas para os processos mais amplos, inclusive planetários: significa utilizar as diversas dimensões territoriais segundo os interesses da comunidade.



Outro paradoxo apresentado por Dowbor (2006) refere-se às mudanças tecnológicas e os procedimentos pedagógicos, o mundo passa por profundas mudanças e transformações impulsionadas pela tecnologia, enquanto a educação com seus processos caminha em passos lentos, enquanto o mundo global avança em tecnologia, os procedimentos pedagógicos continuam com os pés no século passado, quase nada mudou no formato das aulas que apenas reproduz um modelo autoritário do professor.

A gestão escolar ou dos sistemas municipais de educação também é criticado pelo autor quando o mesmo enfatiza o papel de cada um no processo da construção de uma educação sustentável, ao mesmo tempo relata experiências locais, municipais e nacionais de desenvolvimento com a participação de atores de diversos segmentos seja no município, nas comunidades ou no próprio país.

Para o Dowbor (2006) organizar o conhecimento local pensando sempre no global não envolve produzir informações novas, pois as informações já são oferecidas pelos órgãos municipais, estaduais e nacionais a exemplo do IBGE, Ipea, Pnud, etc. assim, é preciso organizar um novo modelo de educação para a construção da participação e da autonomia dos atores locais.

Desta forma, a escola pode ser o *locus* ou o laboratório para práticas inovadoras que envolva os alunos, professores, e comunidade local, os estudos e conhecimentos locais precisam ser valorizados pela escola para que sejam incorporados ao currículo e assim ao estudar os potenciais de sua comunidade poderemos construir um novo conhecimento transformando o que já é conhecido em nossa própria comunidade local.

Desenvolver o protagonismo juvenil através de metodologias participativas é o ponto inicial para uma nova construção pedagógica, pois com a participação ativa no processo de construção do conhecimento e partindo da comunidade local poderemos compreender o mundo global e até intervir para melhorar nossa coletividade.

Ladislau Dowbor (2006, p.15) mesmo de forma pontual faz referência ao tema “Educação e Desenvolvimento Local, através de exemplos claros de que é possível não só pensar, mais é possível agir, agir inicialmente com os atores que querem e assim a ação coletiva



ganhará força ao longo do tempo e todos poderão ser envolvidos numa nova proposta de construção da cidadania e do conhecimento e da sustentabilidade de nosso planeta.

## **5. MUNICÍPIO QUE EDUCA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR**

A educação popular, ou que se postula popular deve criar uma nova pedagogização dos espaços públicos comunitários através de ferramentas diversas que tenham os princípios da participação, organização, da reflexão e do respeito aos espaços locais, a cultura local para que se constituam novas culturas da participação ativa em que o sujeito constitua um poder coletivo comunitário e assim, assumir o controle da sua vida e de sua comunidade.

Município que Educa é um novo conceito criado por um grupo de militantes do IPF – Instituto Paulo Freire, dentre outros Paulo Roberto Padilha, e que no Brasil teve impulso com a Constituição Federal de 1988, no qual se estabeleceu na lei maior de um país a descentralização política e administrativa, isto é cada município obteve a autonomia para criar seus próprios sistemas municipais de educação, passando a constituir-se como um espaço de poder, claro em articulação e colaboração com estados e Governo Federal.

Município que Educa propõe que cada município possa se articular em torno de princípios da “educação cidadã” e da busca da “cidadania planetária”, isto é, significa a organização de pessoas, instituições sociais e organizações não governamentais tendo como ponto de partida o desenvolvimento local sustentável. Caracterizando abordagens multisetoriais com ações articuladas e participativas adotando a ação educativa como fio condutor de todas as políticas do município, em andamento ou a serem propostas, desenvolvidas, avaliadas e acompanhadas com o conjunto da municipalidade com base na observação e colaboração permanente da gestão pública.

A fundamentação prático-teórica do conceito Município que educa parte das experiências da educação popular desde os anos sessenta do século 20, dos movimentos sociais na América Latina em relação as ditaduras militares da década de setenta e da Escola Pública Popular que Paulo Freire inaugurou no final da década de oitenta, da escola cidadã e do Movimento da Educação Cidadã que nasceu também no final da década de oitenta e se fortalece até os dias atuais.

As obras que fundamentam a teoria do Município que Educa são inicialmente o livro de Ladislau Dowbor (1987) intitulado “Introdução ao Planejamento Municipal” onde se discute a descentralização política administrativa da educação, o segundo trabalho é o livro de Moacir Gadoti, cujo título “Escola Cidadã: uma aula sobre autonomia da Escola” (1992) em que discute a dicotomia escola e comunidade local, são fecundos diálogos com o professor Jose Eustáquio Romão, ente outros. Uma terceira obra seria um livro de Paulo Freire Educação na Cidade (1991), que reflete a sua experiência e a de Mario Sergio Cortela à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo no período de 1989 a 1992.

Existem outras publicações que fortalece o conceito do tema, um dado importante é a experiência “cidades educadoras” organizado por Gadoti e outros, surgida em Barcelona em 1990 em que congrega cidades cujos governos se vinculam a Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) e que a partir da adesão de seus governantes, passam a orientar-se pelos princípios da Carta das Cidades Educadoras.

A pedagogização da sociedade moderna assentada nos princípios do neoliberalismo ou da revolução neoconservadora, em que se enfatiza uma educação mercadológica que propõe a formação do sujeito para atender a fome do mercado tem tido um movimento político e social que culminou com o surgimento do conceito de Município que Educa, assim, a cultura é produzida com o discurso neoliberal e reproduzida por governos através da educação incluindo a escola como o foco irradiador e os meios de comunicação social.

Esta reflexão sobre o Município que Educa dialoga com o conceito chamado experimentalmente de “Pedagogia Intertranscultural”, que se refere às práxis educativas intencionais, escolares ou não e propõe uma discussão mais ampla da criação e reprodução da cultura, modalidades, diálogos interativos entre as aprendizagens que acontecem em todos os níveis sociais através das relações humanas e experiências de vida na sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tentar concluir este pensamento devemos refletir sobre as incertezas do mundo contemporâneo, ou seja, entender o desenvolvimento como uma construção histórica em que este modelo de globalização e as revoluções tecnológicas na contemporaneidade em ampliando a degradação não só do ambiente mais do próprio homem .

Pensar numa proposta inovadora articulando a educação com o desenvolvimento é de suma importância, pois reflete uma construção que necessita ser compreendida no seu tempo e espaço histórico para que possamos agir como sujeitos e educadores que rompam com o modelo de educação que ainda persiste nos pós modernidade, da lógica de mercado, da robotização e do treinamento sem fim, sem relação com o ambiente local, com nosso planeta ou mesmo com uma proposta de desenvolvimento local sustentável.

Desta forma, evidenciamos que há um grande desafio para as futuras sociedades e as organizações educativas com a implementação de práticas pedagógicas em que as novas tecnologias sejam colocadas a serviço da uma educação eminentemente humana e que sirva para produzir novos sentidos de existência e de relacionamento com o planeta.

Portanto, as experiências desenvolvidas embasadas na educação popular libertadora e transformadora devem ser o foco das políticas sociais, para tornarem-se modelos bem sucedidos de formação do novo ser humano que compreenda sua pequenez diante dos dilemas e desafios do novo milênio, pois se percebendo poderá libertar-se da exploração de si e do outro para viver em harmonia com o nosso planeta.

## REFERÊNCIAS

DOWBOR, LADISLAU. **Educação e desenvolvimento local**, São Paulo 03 abr. 2006  
Disponível em: <<http://www.apodesc.org/sites/documentos/estudos/arquivos/desenvolvimento>>. Acesso em 23/03/2011.

ESCOBAR, A. **Encountering Development**. Princeton University Press. 1995.

FREIRE, Paulo. **Educação na cidade**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FOUCAULT, Michel. História da loucura. São Paulo: Perspectiva, 1978.  
\_\_\_\_\_. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GOERGEM, PEDRO. **Educação e Diálogo**. Maringá: Eduem-UEM, 2010.

GADOTTI, MOACIR. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

HABERMAS, J. **Teoria de La acción comunicativa I: racionalidad de La acción y racionalización**. Madrid: Taurus, 1999.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, Brasília, 2001.

PADILHA, PAULO ROBERTO, **Município que educa: Educar em todos os cantos: reflexões e canções por uma educação intertranscultural**. São Paulo: Cortez/ IPF, 2007.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro Garamond, 2008.

SANTOS, BOAVENTURA DE SOUZA. **Produzir para viver: Reinventar a emancipação social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

**Sites acessados em 30/10/2021**

<http://www.brasília.unesco.org/publicações/livros/eduambiental>

<http://www.cidades.gov.br/planodiretorparticipativo>

<http://www.dowbor.org.br>

<http://www.unifreire.org.br>